



HABITAÇÃO, CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO  
Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono  
2º CIHEL - LNEC - LISBOA - PORTUGAL - 13 A 15 MARÇO 2013

In Livro de Atas do 2º CIHEL, LNEC, 2013, pp.92-93

## HABITAÇÃO, CIDADE E TERRITÓRIO: QUE CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO?

Marluci Menezes <sup>1</sup>



LNEC

Lisboa – Portugal

<sup>1</sup> Geógrafa, Doutora em Antropologia, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC. Av. do Brasil n.º 101, 1700-066 – Lisboa, [marluci@lneec.pt](mailto:marluci@lneec.pt)

**1.** Discutir a questão habitacional à luz das questões urbanas, territoriais e do desenvolvimento é, nos dias de hoje, fundamental. Sem descuidar de questões mais específicas e, por ventura, de teor mais técnico, metodológico e tecnológico, a necessidade de expandir o campo de conhecimento relacionado com a *habitação* em si, às questões do acesso as infraestruturas sociais e físicas que correspondem a uma cultura de cidade num sentido mais lato, refortalece a já antiga ideia de que habitar não se restringe à habitação. Como observado por Álvaro Pereira *et. al* [1]:

“Uma compreensão dos fenómenos de fragilidade em relação à dimensão habitação, no contexto das sociedades modernas metropolizadas, requer uma abordagem menos sectorizada e mais abrangente do problema. Uma abordagem que ponha em evidência os parâmetros económicos, sociais e políticos que, combinados, geram processos de exclusão social de que a ausência ou precariedade habitacional constitui o sinal mais visível”.

Todavia, não sendo estas constatações propriamente novas o que, então, faz com que as mesmas se mantenham como questões fundamentais nos dias de hoje?

Atentando as diferenças conjunturais e de contexto com que essas questões – e respectivas relações – se têm manifestado ao longo da história, por agora, chama a atenção um aspecto em particular: a par das inovações e melhorias introduzidas no sector da habitação, as carências – quantitativas e qualitativas – não estão resolvidas. Paralelamente ao continuado, embora crescente, agravamento das situações de carência e desigualdade social, as necessidades habitacionais se complexificaram e a procura diversificou-se, passando ambas a integrar tendências novas. Salvaguardando a importância de uma geografia das necessidades implicar a devida análise contextual dos fenómenos, essas novas tendências remetem para a atual crise financeiro-

económica e que, em muito, advém da sobreprodução imobiliária, remetendo também para as profundas e crescentes transformações sociais, económicas, culturais e ambientais<sup>1</sup>. Neste quadro de aceleradas transformações, acresce que o esgotamento dos recursos naturais e a, cada vez mais, manifestação de eventos naturais catastróficos, a forte incidência do fenómeno da metropolização e a complexidade com que as situações de periferização socio-territorial daí resultam, colocam novos, outros e continuados desafios no âmbito do pensar e do atuar sobre o sector habitacional.

Estas questões são particularmente significativas no espaço lusófono, onde o crescimento urbano sem planeamento, a aposta em planos habitacionais assentes em respostas massificadas, o desenvolvimento de planos de reurbanização de áreas carenciadas, as práticas de remoção de áreas consideradas informais e as (ainda tímidas) práticas de reabilitação, tornam emergente o abordar da questão habitacional no âmbito das questões relacionadas com a cidade, o território e o desenvolvimento.

Contudo, a par do que já se sabe, muito ainda se faz por conhecer e discutir no âmbito do aperfeiçoar e desenvolver estratégias de intervenção que sejam consistentes. O Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono é, assim, uma oportunidade para troca de conhecimentos e internacionalização de experiências. Neste sentido, ao fazer um *zoom* sobre as realidades habitacionais e urbanas, o 1º CIHEL – realizado em 2009 – pautou-se por um vasto leque de trabalhos que se constituíram como uma importante base de conhecimento e de troca de informação, criando a necessária ponte para o que mais tarde se viria colocar como primordial no âmbito do 2º CIHEL: discutir a questão habitacional a partir da ampla e multifacetada problemática que a mesma traduz.

**2.** Como preocupação primordial o 2º CIHEL elege as dinâmicas de construção e reabilitação num panorama de crescimento do território urbano, onde a adoção de uma perspectiva sustentada e contextualizada de desenvolvimento – ambiental, económico e sociocultural – se coloca como fulcral.

Os assuntos que permitirão discutir as preocupações primordiais deste fórum, ao remeterem para a relação entre habitação, cidade, território e desenvolvimento, pautam-se por um conjunto abrangente de matérias que, interrelacionadas, permitem-nos, por agora, assinalar os seguintes interesses de discussão:

### ***Programas e políticas urbanas e habitacionais***

Em que medida as políticas e os programas de habitação têm contribuído para o bem-estar das pessoas, nomeadamente as mais pobres? Em que medida os programas e as políticas têm contribuído para uma maior justiça social no acesso à habitação? Em que as atuais inovações no sector habitacional têm contribuído para a melhoria do desenvolvimento de políticas, programas e respectivas práticas? Em que medida as políticas e os programas de habitação têm integrado perspectivas contextualizadas e mais integradas de desenvolvimento socio-territorial e sustentável? Até que ponto os programas e as políticas têm contemplado a questão da gestão das mobilidades? Num quadro de necessidades, em muitos casos, críticas, e de incertezas constantes, em que medida as políticas e os programas se têm pautado por orientações adaptadas aos contextos sociais, culturais, físicos e económicos? Em que medida os programas e as políticas habitacionais e urbanas estão integradas com outras políticas, como por exemplo, à saúde, ao ensino e ao emprego? Qual a importância que as políticas e os programas têm atribuído à reabilitação e à gestão? Em conjuntura de crise nos sectores imobiliário e habitacional, como as políticas e os programas integram os “novos desalojados” (e/ou a “nova pobreza urbana”)? Que políticas e programas podem ser identificados como boas práticas?

---

<sup>1</sup> No caso do contexto europeu, Isabel Guerra [2] destaca as transformações na estrutura demográfica (ex.: envelhecimento da população, diversificação do tipo de famílias, diferentes e novas dinâmicas na relação casa/trabalho, fenómenos migratórios), de âmbito sociocultural (ex.: mudanças de modo de vida e factores ligados à uma maior individualização das sociedades), as situações de precariedade de emprego e de uma negativa mobilidade social.

### ***Cidade habitada, território e ambiente***

Que práticas de sustentabilidade socio-territorial e ambiental se fazem necessárias adoptar num quadro de megacidades e de megaperiferias, de riscos e incertezas? Como ultrapassar as perspectivas “desenvolvimentistas” em prol de uma melhor adequação da questão habitacional aos contextos e recursos urbanos, territoriais, naturais e socioculturais? Que “arquitetura” se faz necessária nos dias de hoje? Como associar a necessidade de promoção da eficiência energética num quadro habitacional, urbano e territorial desordenado, socialmente desigual e repleto de periferias problemáticas? De que trata (ou deveria tratar) a arquitetura sustentável num panorama de desigualdade socio-territorial, de falta de recursos, de riscos e incertezas?

### ***Da urbanidade no espaço público à cidade informal***

Num quadro de crescentes desigualdades socio-territoriais como realizar um ideal de urbanidade? De que se fala quando se diz urbanidade? Como a promoção de um sentido de urbanidade pode contribuir para a reconfiguração de periferias, evitando a criação de novas periferias (ou de “periferias das periferias”)? Como evitar o paradoxo que pode vir a transformar-se a relação entre reurbanização/urbanidade e remoção dos mais carenciados/especulação imobiliária? Em que medida o desenho urbano pode transformar as intermediações suscitadas pelas “formalidades” e “informalidades” de um território urbano repleto de conflitos e tensões, em pontos de contato potenciadores de uma urbanidade sustentável? Tratar-se-á de promover espaços públicos “pacificados” ou de criar espaços públicos onde seja possível uma gestão social do conflito? Como trabalhar o sentido de urbanidade sem cair em processos de estetização da vida urbana? Que práticas e processos de intervenção podem ser identificados como bons exemplos de promoção de um ideal de urbanidade?

### ***O habitar nas comunidades rurais***

Que desenvolvimento para o habitat rural em contexto de acelerado crescimento do território urbano e de crise ambiental? Como perspectivar um desenvolvimento sustentado do habitat rural mediante os novos movimentos migratórios urbano-rural e o acentuar das migrações rural-urbano em determinados contextos da lusofonia? Que práticas implementadas podem inspirar novas orientações de atuação e de desenvolvimento?

### ***Da habitação de interesse social à diversificação tipológica***

Que práticas podem contrariar as respostas massificadas de promoção de habitação de interesse social? Como promover a relação entre diversificação tipológica, modos de vida, exigências funcionais e de conforto, num quadro generalizado de escassez de recursos? Que impactes socio-territoriais e ambientais decorrem dos recentes programas de habitação de interesse social? Qual o impacto das alterações demográficas na definição das necessidades de habitação de interesse social? Que boas práticas existem?

### ***Integrar a reabilitação urbana e habitacional***

Que papel para a reabilitação urbana e habitacional no âmbito do contrariar as novas e massificadas respostas habitacionais para as populações mais carenciadas? Que papel pode ter a reabilitação nos extensos e densificados contextos de informalidade habitacional? Em que medida a reabilitação física do ambiente construído tem contribuído para a coesão e o desenvolvimento socio-territorial? Que critérios de sustentabilidade ambiental e de reabilitação de bairros sociais? Como tornar as soluções técnicas em compromissos? De que trata (ou pode tratar) a eficiência energética em contextos carenciados? Que práticas de reabilitação têm contribuído para uma maior eficiência energética?

### ***Sistemas, processos, tecnologias e materiais de construção***

No âmbito da promoção de ambientes mais sustentáveis, que estratégias de conservação e de reabilitação dos materiais, técnicas e tecnologias tradicionais? Que novos sistemas e processos tecnológicos são suscetíveis de aplicação em contextos de escassos recursos? Que articulações possíveis entre novos e tradicionais materiais e tecnologias? Que metodologias construtivas inovadoras para ambientes tradicionais e de recursos escassos? Que metodologias de implementação de sistemas, processos e tecnologias passivas na reabilitação de

contextos de fracos recursos e de falta de conhecimento técnico-construtivo? Que sistemas e processos tecnológicos podem viabilizar a melhoria dos padrões de construção em áreas carenciadas?

### ***Práticas de investigação e intervenção urbana e habitacional***

Que práticas de arquitetura e urbanismo adaptam-se aos interesses, às necessidades e às especificidades socioculturais das populações? Que necessidades socio-demográficas deveriam ser contempladas no âmbito da intervenção urbana e habitacional? Que adequação possível entre o sentido “formal” de fazer cidade e a cinética urbana que se reflete nos contextos informais? Que metodologias de intervenção em áreas urbanas de vulnerabilidade social? Que espacialidades potenciar no âmbito da intervenção urbana? Que valores privilegiar no âmbito da invenção da arquitetura como arte social? Como a arquitetura habitacional pode contribuir para fazer cidade?

**3.** Muito do que conhecemos sobre os complexos problemas que se colocam ao sector da habitação, apontam para que a resolução ou, pelo menos, a sua minimização, siga um caminho que considere a integração e a contextualização dos aspectos de ordem económica, tecnológica, ambiental e social como elementos orientadores do tão desejável desenvolvimento sustentável. Na verdade, começamos a acumular conhecimento sobre o que pode interessar (ou não) realizar em prol de um desenvolvimento sustentável. Mas, pouco sabemos ainda sobre como concretizar este caminho de desenvolvimento.

A par das incertezas com que as aceleradas e multidimensionais transformações se colocam nos dias de hoje, muitas das questões que urgem responder remetem para os aspectos associados à justiça social e à justiça espacial. Neste sentido, julga-se particularmente oportuno um comentário que Carlos Fortuna [3] tece na apresentação da tradução portuguesa do clássico *O Direito à Cidade* de Henri Lefebvre e que, em síntese, justifica o interesse desta temática na atualidade, ao que passamos a citar o autor: “Munidos embora de um impressionante património de saberes sobre a vida da cidade, o que continua a ser reserva é o modo de construir a cidade ideal: justa, bela e democrática”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- [1] PEREIRA, Álvaro P.; SOUSA, S. Delta; BAPTISTA, Isabel; PERISTA Pedro – *Habitat e Minorias: Processos de (des)Integração de Grupos Étnicos em Lisboa e no Porto*. Cidades, Comunidades e Territórios, nº 3, CET, ISCTE, 2001, pp. 93-110.
- [2] GUERRA, Isabel – *As Políticas de Habitação em Portugal: À procura de Novos Caminhos*. Cidades, Comunidades e Territórios, n.º 22, 2011, pp. 41-68.
- [3] FORTUNA, Carlos – *Henri Lefebvre e o Direito à Cidade: Uma Apresentação*. LEFEBRE, Henri – *O Direito à Cidade*, 2012 (tradução portuguesa), pp. 5-14.